

**DESIGUALDADES SOCIAIS E EVASÃO ESCOLAR:
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS
PÚBLICAS.**

Silvia Regina da Silva¹

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a importância do profissional do/a Assistente Social frente às desigualdades sociais que geram a evasão escolar. Para a construção desta pesquisa foram utilizados alguns instrumentos, tais como: observação, visitas domiciliares, entrevistas e um ensaio de grupo focal. O artigo apresenta como principais autores para o referencial teórico Guerra, Amaro, Yamamoto e Fialho. Como resultado de pesquisa podemos apontar que a presença de assistentes sociais nas escolas é fundamental para enfrentar as diversas questões sociais que impactam o ambiente educacional e o desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais - Evasão Escolar - Importância - Assistente Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “Desigualdades sociais e evasão escolar: a importância da atuação do assistente social em escolas públicas”, tem por objetivo analisar a importância do profissional do/a Assistente Social frente às desigualdades sociais que geram a evasão escolar. Analisando a realidade do trabalho profissional do assistente social, suas demandas e desafios, este artigo tem a intenção de discutir sobre a importância de o assistente social estar inserido diretamente dentro das escolas públicas.

A partir da vivência de estágio supervisionado I e II que foi realizado junto ao NAF (Núcleo de Apoio às Famílias)² - em um momento pós pandemia da COVID-19 - foi possível observar que dentre as famílias atendidas a evasão escolar era uma

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão Silvia Regina da Silva, sob a orientação da Prof. Juliana Meregalli Schreiber Moraes. E-mail: juliana.schreiber@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 12 de julho 2024.

² O Núcleo de Apoio às Famílias faz parte do Programa Aldeias Infantis SOS em Capão da Canoas/RS..

questão recorrente, pois muitas crianças e adolescentes não conseguiam permanecer na vida escolar, sendo os casos de encaminhamento das famílias ao NAF.

O NAF atuou durante o período de 05/05/22 à 05/05/23 no fortalecimento familiar de 25 famílias na iminência da perda do cuidado parental, conforme diagnóstico do Conselho Tutelar, do CREAS e do Ministério Público do município de Capão da Canoa, que por meio do desenvolvimento de competências, apoiou na superação das fragilidades que as colocam em risco de ruptura de vínculos.

Para viabilização do estudo realizou-se uma pesquisa de campo com 2 famílias que apresentou a iminência da perda do cuidado parental por questões de evasão escolar acompanhadas pelo NAF, entre maio de 2022 e maio de 2023. Para a construção desta pesquisa foram utilizados alguns instrumentos, tais como: observação, visitas domiciliares, entrevistas e um ensaio de grupo focal.

A observação foi o primeiro instrumento utilizado, pois a partir da observação foi possível pontuar que o tema da evasão escolar precisava de um olhar mais atento devido as questões sociais envolvidas. Nas visitas domiciliares conseguimos conversar com as famílias entendendo suas necessidades. A escuta sensível e as entrevistas foram de extrema importância para que os indivíduos se sentissem acolhidos e ouvidos. Os adolescentes participaram de um grupo focal com o intuito de pensarem sobre como se viam no futuro.

Durante o processo de escuta a família foi identificado que algumas crianças e adolescentes que não estavam frequentando a escola, tinham como um dos motivos a falta de vagas e a situação econômica como fator que influenciava fortemente o abandono escolar. Para ajudar os pais alguns dos estudantes começam a trabalhar sem ter concluído os estudos. Os estudantes que optavam por conciliar as atividades laborais e escolares, por muitas vezes priorizavam o trabalho e acabam abandonando a escola. O aspecto social tem muito peso nesta questão. As dificuldades de chegar até a escola, assim como distância para chegar ao ponto de embarque do transporte escolar, torna iminente a desistência de continuar os estudos.

Destaco que os estágios obrigatórios do curso realizado no município de Capão da Canoas (localizado no Rio Grande do Sul) potencializaram o meu olhar sobre a necessidade do profissional do Serviço Social estar inserido nas escolas

públicas atuando juntamente com política da educação, política de assistência social, e com as outras equipes da rede proteção do município, garantindo os direitos estabelecidos por lei para que as crianças e adolescentes estejam na escola, e este cenário da evasão escolar seja cada vez menor no município. Para fins de organização e melhor aprofundamento do objeto de estudo, o mesmo foi dividido em três principais seções. A primeira seção busca fundamentar a relação entre a evasão escolar de crianças e adolescentes e as questões sociais em um embasamento teórico.

A seção dois discorre-se sobre a pesquisa de campo realizada, a relação da evasão escolar com a política de educação e assistência social que norteia a intervenção acerca de como a aplicabilidade da intersetorialidade entre a Política de educação e de Assistência Social, por meio da execução de políticas públicas interligadas e efetivas, pode ser extremamente importante no combate à evasão escolar de crianças e adolescentes. Além de uma análise sobre quais políticas públicas estão sendo colocadas em prática pelo setor de educação no território de Capão da Canoa e qual o nível da intersetorialidade entre a Política de Educação e de Assistência Social. Na terceira seção é apresentada a análise com base nos documentos elaborados durante a prática de estágio para compreensão e discussão do Processo de Trabalho. Finaliza-se o estudo tecendo considerações finais e referências.

2 - A RELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR COM A QUESTÃO SOCIAL

É importante destacar a relação da evasão escolar com as questões sociais no enfrentamento das desigualdades sociais e da dimensão do trabalho profissional na educação, ressaltando as demandas e desafios nesse espaço ocupacional que bate de frente com as questões sociais causadoras da evasão escolar, para isso refletir sobre a inserção do/a Assistente Social no sistema educacional a fim de compreender as demandas que lhes são impostos no cotidiano profissional, se faz necessário. As diversas expressões da questão social que podem se manifestar no espaço da escola, e para isso, consideramos as especificidades das ações dos profissionais de Serviço Social, os assistentes sociais, diante das demandas da área da educação; em outras palavras, pressupomos que esses profissionais podem auxiliar os professores em sua atuação em sala de aula, considerando os limites de

atuação proporcionados pelas diferentes formações. O direito à educação está presente na Constituição de 1988 como também no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), documentos elaborados após a Constituição para dar ainda mais destaque a educação brasileira e os direitos sociais das crianças e adolescentes. Conforme se estabelecia a garantia e a regulamentação do direito à educação, o acesso e permanência na escola, tendo como objetivo a formação do sujeito enquanto cidadão, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade, visando seu pleno desenvolvimento.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso socioeducacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997:2) é bastante clara a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASI, 2016).

Os direitos a serem assegurados perpassam por todos os profissionais envolvidos na garantia de uma educação de qualidade, que preste serviço a fim de garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Incluído neste processo está o Serviço Social. A realidade da profissão nesta política atravessa a realidade social e se depara com inúmeros embates que inviabilizam muitas vezes o acesso à educação.

A escola está inserida numa realidade social, econômica, política e cultural extremamente complexa, que nos permite afirmar que é impossível falar do acesso à educação sem falar dos embates sofridos pelos profissionais e pela própria Política de Educação na garantia deste direito. A desigualdade social entre outros problemas sociais está presente dentro do ambiente escolar assim como fora dele, além de ser um sistema comprometido por políticas econômicas e ideológicas o sistema de ensino se mostra insuficiente na garantia deste direito seja em qualidade ou no acesso à escola. Fatores do âmbito escolar e social que ultrapassam os portões das instituições são responsáveis pelo desinteresse, baixo rendimento, evasão escolar, reprovação e vários outros problemas, tendo estes como os principais embates

neste campo. Trata-se das expressões da Questão Social presente no âmbito social que se inserem na escola através das experiências de vida dos jovens e suas famílias. Como cita:

O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é de responsabilidade e dever do Estado prover a educação pública, garantindo acesso e permanência do aluno na escola, consequentemente faz parte de sua competência dotar o sistema de infraestrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (CFESS, 2001, p. 11).

Assim como é dever do Estado garantir o acesso e a permanência dessas crianças e adolescentes nas instituições de ensino, é necessário que se dê condições para que isto ocorra, seja através de infraestrutura, vagas no ensino público ou ações que não competem a instituição de ensino mais que atingem estas diretamente, por exemplo a pobreza, o não acesso a políticas de assistência e saúde. É necessário aos profissionais da educação conhecer o perfil deste alunado, suas particularidades e suas carências assistenciais para desta forma intervir na realidade proporcionando uma base estrutural que possibilite o ingresso e além disto a permanência desses alunos dentro das instituições de ensino público.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p. 12).

É clara a necessidade do Serviço Social se fazer presente na Política de Educação, viabilizando os direitos sociais, intervindo nos processos de inclusão social, melhorando as condições de vida dessas crianças e adolescentes em busca da garantia do Direito à Educação.

Dos aspectos mais recentes há registros da inserção do Serviço Social segundo Barbosa (2015 apud Bezerra, 2017), a partir de 1990 onde a profissão se aproxima da educação tendo com resultado diversos trabalhos, projetos e programas governamentais direcionado às escolas municipais de ensino fundamental, exemplo de Alagoas que em 2005 e 2006 teve grande contratação

desse profissional via concurso público, tendo seu trabalho voltado para a execução de estudos e projetos que se aprofundassem na relação dos fatores sociais (econômico, cultural e político) ao desempenho e continuidade de alunos na escola, a fim de entender e atingir problemáticas frequentes nas escolas a exemplo da evasão escolar, violência, tráfico e uso de drogas, trabalho infantil, entre tantos outros.

O profissional de Serviço Social tem como principal fator para intervir nessas realidades, o diagnóstico social segundo o CFESS (2011), que consiste em indicar possíveis alternativas às problemáticas vividas por crianças e adolescentes que irão favorecer a experiência escolar desses indivíduos. O Serviço Social na educação tem como principal objeto de trabalho a garantia do direito à educação, mediando a efetivação deste direito, prezando por uma educação laica e de qualidade para a população como citado no CFESS (2015), para isto no ano de 2000 foi criado um projeto de lei (Nº 3688/2000) que propunha tornar efetiva a participação desse profissional no âmbito escolar, porém esse projeto só veio a ser aprovado na comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 7 de julho de 2015. (CFESS, 2015).

A evasão escolar é um desafio ao assistente social, problema que afeta muitos estudantes das escolas públicas, por exemplo, do município de Capão da Canoa, e está intrinsecamente relacionada às questões sociais e as suas mais diversas expressões na sociedade, com a finalidade de fazer apontamentos no que se refere à evasão escolar como uma dessas expressões. Capão da Canoa hoje conta com duas assistentes sociais nomeadas, através de concurso público na política de educação, onde essas duas servidoras atuam na Secretaria Municipal da Educação do município. O setor onde estas assistentes sociais trabalham é chamado de Serviço Social Escolar. O município tem duas leis que amparam o trabalho do assistente social, a Lei Federal 13.935, de 11 dezembro de 2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica para atender as necessidades e prioridades definidas pela política de educação, por meio de equipes multiprofissionais, estabelecendo o prazo de um ano para a sua consecução. Cabe destacar que o impacto da pandemia da Covid-19 na educação pública prejudicou a efetividade e a sua implementação.

Estipula-se que as equipes multiprofissionais devem desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar. A Lei Municipal 3.722, de 07 de junho de 2022 que regulamenta a Lei Federal.

Lembra Yamamoto (2018, p. 72), que a questão social brasileira, nos contraditórios tempos presentes, assume configurações e expressões que, condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, modalidades especiais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho — a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Atribuições do assistente social inserido na política de educação tem como: trabalhar intersetorialmente com as demais políticas públicas, visto que a escola é um espaço de proteção onde o trabalho em rede se faz necessário, frente às violações de direito vivenciados pelos estudantes e suas famílias.

O trabalho do assistente social na educação não poderá ser confundido ao atendimento das demandas geradas pelas expressões da questão social, no âmbito da política de assistência social, sendo estas orientadas pelo SUAS- Sistema único de Assistência Social com destaque para a operacionalização de benefícios eventuais, entre eles, a concessão de alimentos.

Um das importantes contribuições do Serviço Social na Educação é a possibilidade de subsidiar a construção, bem como a operacionalização dos projetos políticos pedagógicos de acordo com cada território das escolas. A principal atribuição do profissional do Serviço Social é garantir a viabilidade do direito à educação básica, intervindo nas condições de acesso, permanência e recuperação de aprendizagens. Um dos grandes desafios é ter a quantidade de vagas necessárias para todos os alunos que precisam estudar. Ainda existe uma demanda reprimida no Município, seja da educação infantil, quanto do ensino fundamental.

A maioria dos problemas educacionais e sociais são complexos e não a soluções rápidas com respostas imediatas para superá-los, principalmente por estarem interligados e apresentarem caráter indissociável (Fialho, 2015).

A exclusão escolar tem diversos fatores relacionados, mas todos estão ligados a uma questão estrutural. A crescente desigualdade e a falta de emprego e renda tem obrigado muitas meninas e meninos, cada vez mais jovens, a saírem de casa para trabalhar e ajudar a manter os sustentos da família. E as condições vão ficando mais precárias quando paramos para olhar as questões raciais (SANTOS E RIBEIRO, 2020).

Nesse contexto, pode-se sintetizar, que ao integrar as relações vista pela expressão da questão social com a evasão escolar é possível criar coletivamente soluções para os complexos desafios enfrentados pelas famílias. A integração setorial também possibilita superar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam nas políticas sociais, desenvolvendo novas posições, mecanismos e procedimentos que visam proteger os direitos fundamentais de cada cidadão, uma vez que os problemas atuais estão cada vez mais complexos e atuações separadas e desconectadas não resolvem mais.

3 - PESQUISA DE CAMPO - EVASÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A pesquisa de campo foi realizada no território de Capão da Canoa/RS, entre os meses de setembro de 2022 e maio de 2023. Participaram da pesquisa duas (2) famílias, acompanhadas pelo NAF, residentes nos bairros Novo Horizonte, Vale Verde, Arco Íris. Famílias estas que se encontravam na iminência da perda do cuidado parental, apontadas pelo Ministério Público, CREAS e pelo Conselho Tutelar do município por infrequência escolar de crianças e adolescentes. Pontuando que, a partir das observações feitas durante visitas quinzenais, e até semanais em casos mais críticos, identificou-se que todas as famílias que fizeram parte da pesquisa apresentavam, no momento do estudo, grande fragilidade familiar e alto grau de vulnerabilidade social.

A política de educação pode ser concebida também com expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas

sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA, 2005, p.10).

Capão da Canoa atualmente conta com 24 escolas públicas, em um município com 63.594 habitantes em comparação ao censo de 2010 teve-se um aumento de 51,27% pessoas, dados esses informados pelo IBGE, dados esses divulgados no censo de 2022. Matriculados no ensino fundamental em 2023 foram 9.719.

A educação como sabemos, trata-se de um complexo social constituinte da vida social e pertencente a uma dinâmica de reprodução social, contendo uma função social, que nunca sociedade como a nossa, organizada e baseada nas contradições entre quem produz riqueza social e aqueles que expropriam a riqueza produzida com base na exploração de seus produtores.

Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. (CFESS, 2013, p. 16)

/

Como é possível observar, na história dos direitos sociais a Constituição da República trouxe a assistência social como política social ancorada à noção de seguridade social (COUTO, 2010). A Carta Magna definiu a educação também como direito social. Inaugurou um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos superando as práticas assistencialistas e clientelistas até então vigentes. Para Sposati (2009, p. 15), ao se “adotar a concepção de que a assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social e é, portanto, o campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos”, é possível pensar a assistência estudantil articulando a política de assistência social e educação com o intuito de prover seguranças socioeducacionais para a permanência dos/as estudantes. A proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e de convívio ou vivência familiar. Vê-se que tais

seguranças também são inerentes ao contexto escolar e universitário. Por segurança de rendimentos, a PNAS (2004) pressupõe a garantia que todos tenham condições básicas para a sua reprodução social por meio de uma forma monetária que garanta a sobrevivência. Essa perspectiva monetária – materializada por meio de auxílios financeiros e benefícios para estudantes em situação de vulnerabilidade. Segundo o Fonaprace (1997, p. 38), a assistência social “expressa-se na política educacional procurando equacionar um atendimento compatível com as peculiaridades das condições sociais dos estudantes, provendo-os de instrumentos mínimos para a fruição dos bens culturais e educacionais”.

A política de educação cumpre dois projetos distintos, no processo de acumulação do capital, mas também cumpre um papel de assegurar direitos sociais e conscientização da população, sofrendo duras ofensivas pelo capital em tempos de crise. É dentre essas contradições que se põe o Serviço Social, mediando à garantia dos direitos sociais diante das condições institucionais diante da conjuntura posta pelo capital. É nesse campo que se busca a formação de uma autoconsciência que denuncia e busca minimizar as desigualdades sociais e junto com o serviço social busca ampliar e consolidar os direitos sociais e humanos dentro desta política através dos usuários do serviço.

Apesar deste estudo trazer dados quantitativos, esta pesquisa de campo tem abordagem especialmente qualitativa, com foco no que as pessoas pensam e sentem sobre o mundo à sua volta, sobre as dinâmicas escolares e familiares. O serviço social inserido na política de educação busca além de viabilizar direitos e garantir o acesso a estes, procura estratégias e técnicas a partir de suas competências teóricas e políticas enfrentar as expressões da questão social que se inserem nas instituições escolares, como por exemplo buscar soluções de combate a evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações e formas de exclusão. (CFESS, 2013, p.27).

Como instrumentos para a coleta de dados, utilizou-se nesta pesquisa de campo a Observação, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 190) como:

Uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utilizam os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.

As visitas domiciliares também apresentaram importante função dentro da construção da pesquisa, pois consistiam em momentos para conhecer a realidade social de uma determinada família, ou seja, analisar o contexto familiar e o modo de vida, suas vulnerabilidades e potencialidades, permitindo ao assistente social observar o indivíduo em seu meio social, além de realizar o acompanhamento e os encaminhamentos necessários para a rede de atendimento.

“Antes de tudo, a visita domiciliar serve ao alcance de um objetivo. Desde o momento em que se projeta a visita até sua efetivação, estamos planejando uma melhor aproximação da realidade do sujeito ou grupo que se pretende observar ou atender.” (AMARO 2003 p.50).

As Reuniões que foram realizadas foram pensadas como instrumento presente no cotidiano de trabalho do assistente social, seja na atuação com grupos, nos encontros com usuários das políticas públicas ou nas reuniões de equipe. Reunião tem característica, promover e intervir em espaços coletivos provocando uma reflexão crítica. Outro ponto a ser destacado é a Escuta sensível, pois teve o papel de apoiar na empatia, no sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro suas atitudes, comportamentos e sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional de outrem. O ouvinte sensível não julga, não mede, não compara, se coloca naquela situação, sem julgamentos, sem as minhas atitudes pessoais.

Relação de confiança – mais uma arte do que ciência. Ouvir é um momento silencioso que pretende estabelecer uma relação de confiança, que, por sua vez, prepara uma ambiência para interpretação. Sobre esse aspecto, Barbier (2002, p.97).

Outra estratégia utilizada na pesquisa foi um ensaio de Grupo Focal. Grupo Focal é definido por Stewart e Shamdasani (1990) como: “uma fonte rica e detalhada de informações, cujos sujeitos participantes expressam-se com suas próprias palavras”. Nessa mesma linha de raciocínio, Wibeck, Dahlgren e Öberg (2007) trazem que: “grupo focal permite ao pesquisador compreender como um determinado tema, que é o foco da discussão, é concebido a partir da perspectiva dos integrantes do grupo”.

Por fim, foi utilizada entrevistas como técnica de coleta dados. Lüdke e André (1986, p. 34) afirmam que a entrevista “permite a captação imediata e a corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Nessa mesma perspectiva, Alves-Mazzotti e Gewandszadner (1998, p. 168) apontam como vantagem na utilização de entrevistas o fato de que “por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por meio de questionários, explorando-os em profundidade”.

A seguir apresentamos quadros com o objetivo de descrever algumas características das famílias acompanhadas durante a pesquisa mediante os dados coletados durante as entrevistas e os grupos focais. Pontuando que, os componentes dos núcleos familiares serão apresentados por grau de parentesco.

Quadro 1: Família 1
Fonte: construção da autora para a pesquisa.

Grau de parentesco	Idade	Ocupação	Observações
Pai	42 anos	Carroceiro	Sem vínculo empregatício/ Passagem pela polícia por tráfico de drogas.
Mãe	35 anos	Do lar	Ajuda o marido no trabalho da carroça.
Filho 1 Menino	16 anos	Construção Civil/carroça	Evasão escolar/envolvimento com o tráfico/Trabalho infantil.
Filho 2 - Menina	13 anos	Afazeres da casa/cuida dos irmãos mais novos	Evasão escolar/ Trabalho infantil.
Filho 3 - Menino	9 anos		Evasão Escolar
Filho 4 - Menino	5 anos		Evasão Escolar
Filho 5 - Menino	2 anos		
Filho 6 - Menino	5 meses		

Neste núcleo familiar residem 8 pessoas, e foram feitas diversas intervenções, pois a chegada deles para o NAF foi devida a evasão escolar de todos os filhos em idade escolar. Para o filho 1 foram necessárias diversas intervenções com a escola e os pais. A escola pontuou que o adolescente era agressivo com

colegas e também com professores, que não tinha interesse em estudar, pois queria ganhar dinheiro para sair de casa. Os pais tinham medo dele voltar seu olhar para a vida do crime, vendo o exemplo do pai e tios. Ele participou de grupo focal sobre a importância da vida escolar, com o intuito de saber quais seriam suas perspectivas para o futuro deles na cidade de Capão da Canoa. Foram realizadas também, com auxílio da educadora social do NAF, a carteira de trabalho digital e o currículo para iniciar a busca por uma vaga no projeto jovem aprendiz. O filho 1 precisou de muita escuta sensível, pois devido a desordem familiar do mesmo e sua idade propicia a alguns questionamentos tivemos muitos atendimentos particularizados, inclusive aos finais de semana onde foi orientado através do WhatsApp em seus questionamentos e desabafos.

A adolescente 2 precisou também de um encontro individualizado, pois precisava ser escutada. Em uma das visitas a adolescente relatou que não podia fazer nada, somente cuidar dos irmãos e da casa, sendo que o pai e a mãe ficavam quase sempre em casa sem trabalhar. Foram realizadas algumas intervenções com as crianças, fazendo jogos pedagógicos que trabalham suas emoções e algumas particularidades específicas e também onde foi perguntado para eles se gostavam de ir para escola, e se gostariam de frequentar. Os filhos 2,3,4 responderam que sim. Este núcleo familiar

Quadro 2: Família 2

Grau de parentesco	Idade	Ocupação	Observações
Mãe	27 anos	Serviços Gerais	Mãe solo/Usuária de drogas/Com problemas de negligência com os filhos
Filha 1	11 anos	Estudante	Menina estava morando com uma tia/Retornou a morar com a mãe e ficou fora da escola por um tempo/Sofreu bullying na escola
Filho 2	10 anos	Estudante	Mora com o pai
Filha 3	8 anos	Evasão escolar	Menina não tem como ir até o ponto de ônibus para ir a escola

Filha 4	5 anos	Evasão escolar	
Filha 5	3 anos		
Filha 6	1 anos		

Fonte: construção da autora para a pesquisa.

Este núcleo familiar chegou até o NAF pelo conselho Tutelar por motivos de negligências da mãe, pois a mesma tinha histórico de denúncias com os filhos. Uma das denúncias relatavam que a mãe não enviar as crianças em idade escolar para a escola, deixando com a irmã mais velha. Muitas brigas com o seu ex companheiro (estavam sempre indo e voltando no relacionamento) também eram motivos de conflito familiar. A menina que vou destacar neste núcleo é a filha 1 quando chegaram ao acompanhamento pelo NAF a mesma havia retornado a morar com a mãe e precisou trocar de escola, pois morava em outra cidade com a tia. A filha 1 foi matriculada em uma escola pública de Capão da Canoa, e nesta escola, apesar de ser pública, os alunos que estudam nela acabam por ter um nível social mais elevado que as demais. Essa menina passou a sofrer bullying na escola, segundo ela, por seu cabelo e roupas não serem no mesmo padrão das demais. A menina passou a não querer mais frequentar a escola. A mãe foi até a escola para tentar resolver a situação e a direção da escola trouxe que o encaminhamento seria conversar com as meninas que estavam praticando o bullying. A menina voltou a frequentar a escola, porém os ataques não param. A ADFC (Assistente de desenvolvimento Familiar e comunitário) do NAF entrou em contato com a orientadora da escola, onde a mesma disse não conseguir fazer mais nada, pois a menina não conseguia se adaptar ao nível dos alunos da escola, sugerindo inclusive a transferência da aluna para outra escola.

A ADFC e a Educadora Social foram até a escola para conversar pessoalmente com a equipe diretiva e ao chegar a escola presenciaram a menina (filha 1) na frente da escola chorando afirmando não querer assistir a aula. Foi conversado com a diretora e vice-diretora que sugeriam que a menina ficasse mais perto de casa, em uma escola mais próxima da sua residência. Nesta situação se vê a importância do profissional de Serviço Social dentro da escola, pois desempenha um papel fundamental, contribuindo para a promoção da inclusão social e o desenvolvimento dos estudantes.

4 - ANÁLISE COM BASE NOS DOCUMENTOS ELABORADOS DURANTE A PRÁTICA DE ESTÁGIO PARA COMPREENSÃO E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE TRABALHO.

O objetivo do Núcleo (NAF) é atuar no apoio às famílias com fragilidades de vínculos identificadas pela rede e auxiliar na prevenção do rompimento de vínculos, ou seja, cuidar para que crianças e adolescentes não sejam afastados para cuidados alternativos. O serviço iniciou suas atividades em maio de 2022, tendo como principal justificativa o forte aumento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Segundo relatório disponibilizado pelo NAF SOS, de maio de 2022 até fevereiro de 2023 foram atendidas diretamente 43 famílias que estariam em risco de ruptura de vínculo familiar, contando 160 crianças e adolescentes e 77 adultos (responsáveis), havendo apenas três crianças/adolescentes dessas famílias acolhidas no período. Dessas 43 famílias, a grande maioria (29 delas) foi encaminhada pelo Conselho Tutelar, ao identificar necessidade de apoio e fortalecimento dos vínculos. O principal motivo do encaminhamento foi a negligência. Outra característica que se destaca nas famílias é que 47% delas, quase a metade, possuem entre seis e dez filhos. Dessa forma, percebe-se um trabalho significativo realizado na prevenção com famílias que estão em risco iminente de ruptura de vínculos familiares, evitando possíveis novos acolhimentos institucionais.

O trabalho de fortalecimento familiar é realizado por meio do estudo de caso compartilhado em rede, acolhimento da família após aplicação de medida protetiva pelo Conselho Tutelar ou Poder Judiciário e mapeamento de suas fragilidades e fortalezas. A partir disto é estabelecido um Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF), em que cada membro da família é entendido como sujeito de direitos e que precisa ter sua voz, direitos e potencialidades desenvolvidos, visando à superação das dificuldades que levaram a família ao risco da perda dos cuidados parentais; no PDF se oferece apoio continuado (diário, semanal ou mensal, conforme o caso e o momento do cuidado) para que se alcance o objetivo da emancipação e autonomia familiar (cujo sucesso ou insucesso não se atribui só à família, mas também à qualidade da intervenção em seu apoio).

Por fim, no Poder Judiciário, destaca-se o horário de funcionamento, restrito ao turno da tarde, bem como a ausência de equipe técnica da Vara de Infância e Juventude. Dessa forma, a juíza da Vara precisa trabalhar sozinha e, caso haja necessidade, nomear algum profissional para atuar. Salienta-se que o profissional nomeado não é necessariamente o mesmo profissional que acompanhará o caso; tal premissa pode ser um desafio, uma vez que a manutenção de um mesmo profissional pode trazer maior qualidade ao atendimento e um novo olhar para o processo. Nos casos de acolhimento, a juíza trabalha com a equipe técnica do serviço de acolhimento. A principal demanda relatada é a da falta de vagas na escola pública do ensino fundamental. Também é relevante pontuar que, no caso do Ministério Público, não existe um promotor designado especificamente para a temática da infância e juventude. Os promotores acabam atuando em mais de uma área.

A escola é o espaço concreto que possibilita o encontro de diversas histórias, carregadas de diferentes culturas, formas de viver e pensar. A escola se estabelece como o espaço que se aprende muito além de português e matemática. Através da educação conseguimos estabelecer construção conjunta e compartilhada, não só para a vida profissional, mas também para a potencialização de indivíduos para o acesso pleno a direitos.

Não podemos aceitar o todo poderosíssimo ingênuo da educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente ser feito, com e através da educação (FREIRE, 2001, p. 102)

Assim, a escola é também o espaço e o lugar do assistente social. O espaço, segundo Certeau (1998), é um lugar praticado, ou seja, um espaço antropológico no qual se determinam as percepções resultantes do lugar e das relações estabelecidas nele, dando-lhe significado. Em consequência, é a atividade que qualifica o espaço. É com base nesse conceito de compreensão de lugar praticado que se fundamenta a discussão do cotidiano escolar e do lugar do assistente social.

O acesso e o usufruto das políticas sociais ocorrem em espaços nos quais os serviços e programas são executados; ali, identidades e significações são impressas por meio daquilo que historicamente as definiu. Entretanto, a escola não é

um espaço natural, mas o segundo lugar ocupado pela criança e o adolescente depois da casa/família. Sendo assim, essa instituição demandou diversos processos de transformação, de maneira que as escolas e os princípios sobre os quais elas foram construídas abrangem histórias que perpassam diferentes contextos sociais e culturais, diversas noções sobre educação e as necessidades de uma pessoa ainda em desenvolvimento de sua identidade.

A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Parte-se do pressuposto de que educação é mais ampla que ensino, pressupõe uma perspectiva de aprendizado que prepara para a vida em sociedade; promove saberes socialmente referenciados, consubstanciando aquilo que se entende como formação humana. É sob esta perspectiva que se assume coletivamente a luta de que a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora do capital. (CFESS, 2012, p.10).

Pontuamos que a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Uma vez que, em uma sociedade imersa nos fenômenos de produção social capitalista, pautada na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS prioritariamente nos moldes do desenvolvimento tecnológico e subordinado, a racionalidade hegemônica ganha nas dimensões individual e coletiva, os traços da instrumentalização do saber. O trabalho vai assim, deixando de ser compreendido como ato criativo da humanidade na transformação da natureza, e passa a ser apropriado como atividade. A escola, nesse contexto, passa a ter o caráter formador de força de trabalho e na dimensão política cumpre o papel de educar o/a

trabalhador/a no cumprimento da disciplina organizacional, mas tal aprendizado se transfere às demais esferas da vida (ABREU; SANTOS, 2012).

Segundo Lighia Horodynski (2011), educação é mais ampla que ensino e não é equivalente a atividades didáticas. Educação prepara para a vida em sociedade; promove saberes socialmente referenciados, ou seja, saberes que vão ao encontro das demandas, valores e necessidades da população. É uma prática social, portanto, requer interação entre os sujeitos e destes com a sociedade, nesse aspecto é formação.

Importante ressaltar, que nas lutas e conquistas da classe trabalhadora a educação sempre esteve presente como uma das prioridades, pois ainda que de forma contraditória, por meio dela assegura-se, via de regra, a inserção no mercado de trabalho (condição fundamental à sobrevivência da classe) o que ressalta a sua dimensão econômica, bem como a disputa por projetos de sociedade pela via da ampliação de conhecimentos e construção de formas de sociabilidade, da vivência coletiva e da cultura, ou seja, sua dimensão ético-política (ABEPSS; CFESS, p. 786, 2011).

Nesse sentido, acreditamos que a Política de Educação Permanente deve se valer de uma dimensão política e pedagógica de reafirmação de valores e conteúdos que expressem a direção social estratégica da profissão. Assim, corroboramos com a abordagem teórica pautada na “metodologia da práxis”, proposta por Konder (1992), pois:

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (p. 115).

Um dos principais pressupostos da Política de Educação Permanente da nossa categoria profissional é a perspectiva emancipatória e libertária que o Serviço Social vem construindo, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, de modo a superar a histórica vinculação da profissão com o conservadorismo. Nesta direção, seus pressupostos se contrapõem à tendência imediatista que leva, muitas vezes, os/as profissionais a participarem de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados

para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional (GUERRA,2011; CFESS, 2012). Destacamos a lei nº 13.935, de dezembro de 2019 como um grande avanço para a educação, pois dispõe sobre a prestação dos serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Damos destaque ao artigo um:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

A lei traz que a redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Assistentes sociais e psicólogos/as podem contribuir na identificação de demandas presentes na escola, que pela complexidade do contexto escolar muitas vezes requerem da(o) profissional de Psicologia e Serviço Social e demais profissionais a formulação de respostas para o enfrentamento de situações, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial das políticas sociais e públicas.

Na prática, isso significa, por exemplo, promover novas ações que mostrem a importância e a urgência da inserção desses/as profissionais (assistentes sociais e psicólogos/as) na educação básica, dando destaque para as contribuições no desenvolvimento, na aprendizagem e no enfrentamento às questões e desafios do cotidiano escolar, em uma sociedade marcada profundamente pela desigualdade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a vivência dos estágios obrigatórios no Curso de Serviço Social e a da construção desta pesquisa foi possível muitas articulações com a rede de proteção social na iminência de juntos garantir os direitos das crianças e adolescentes de Capão da Canoa. Como resultado de pesquisa podemos apontar que a presença de assistentes sociais nas escolas é fundamental para enfrentar as diversas questões sociais que impactam o ambiente educacional e o desenvolvimento dos alunos.

Sabendo que os assistentes sociais atuam em várias frentes dentro das escolas, como o apoio às Famílias e Estudantes, oferecendo orientação, ajudando na compreensão e acesso aos direitos educacionais e sociais. A atuação desses profissionais é essencial para garantir que os alunos possam permanecer na escola e ter um ambiente propício para o aprendizado. Percebemos como os assistentes sociais estão apropriados para mediar conflitos que podem surgir no ambiente escolar, contribuindo para a construção de um ambiente mais harmonioso, colaborativo e igualitário. Podemos destacar que o trabalho desenvolvido pelo assistente tem como potência o desenvolvimento e implantação de programas e projetos que visam a inclusão social e a promoção da cidadania, trabalhando diretamente com estudantes, famílias e a comunidade escolar.

É possível identificar que a Lei nº 13.935/2019 que estabeleceu a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar para apoiar o desenvolvimento integral dos alunos.

Concluo esta pesquisa com Leonardo Boff diz:

A razão é que a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam (BOFF, 1997).

REFERÊNCIAS

SILVA, Sílvia Regina da. **Apresentação e Análise dos Resultados do Projeto de intervenção**, relatório final de estágio II, Capão da Canoa, 2023. Acesso em: 01/04/24.

SILVA, Sílvia Regina da. **Diário de campo, estágio I – observação**. Capão da Canoa 2022.

MENEZES, Janylle Soares de. **A evasão escolar como desafio ao serviço social**. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/30692>. Acesso em: 15/04/2024.

SILVA, Patrícia Soares Alves da. A escola como um lugar da Assistência Social. **Revista Educação Pública**. p.1-3, 2022. Disponível em: cecierj.edu.br. Acesso em: 28/04/2024.

MARIA, Kelly Rodrigues. **Habitação precária: fator potencializador da ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes no território de capão da canoa/rs**. Gmail. Acesso em: 30/04/24

Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>. Acesso em: 23/05/2024.

Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de capão da canoa/rs. **Núcleo de Apoio às Famílias SOS, 2022/2023**. Bem Cuidar Instituto de Pesquisa e Formação. ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL. Acesso em 01/06/24.

SILVA, Michele Rufino da. **Evasão escolar no Brasil: O que dizem os autores?** Disponível em: <https://1library.org/article/evas%C3%A3o-escolar-no-brasil-que-dizem-os-autores.qod0dnkz>. Acesso em: 06/06/2024.

RODRIGUES, Leticia Pinheiro. Evasão escolar: uma expressão da “Questão social”. Disponível em: Google Acadêmicos. Acesso em: 07/06/2024.

FILHO e ARAUJO, Raimundo Barbosa Silva e Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na Educação básica no Brasil: Fatores, causas, e possíveis consequências. **Revistas Eletrônicas PUCRS**. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 15/06/2024.

SILVA E MAURIEL, Robson Roberto da e Ana Paula Ornellas. Educação permanente na política de Assistência Social: uma experiência de extensão universitária. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**, Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em: Google Acadêmicos. Acesso em: 17/06/2024.

Autor desconhecido. Agora é Lei: Psicologia e Serviço Social na Educação Básica. **Revista Entre linhas**. Edição 84. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/>. Acesso em: 18/06/2024.

Política de Educação Permanente. **CFESS-CRESS**, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>. Acesso em: 19/06/2024.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis: Vozes, 1997.